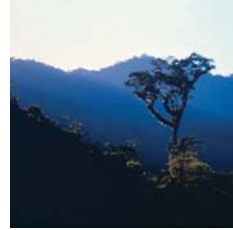


Capítulo 6



**ÁREAS
PRIORITÁRIAS
DE MANEJO**

6.1 Introdução

As Áreas Prioritárias de Manejo (APM's) do PESH, identificadas no Mapa de Áreas Prioritárias de Manejo, são aquelas que foram consideradas as mais críticas do Parque, em termos de implantação e demandas de ação imediata. São áreas estratégicas que necessitam de ações integradas e que podem envolver mais de um programa, abrangendo mais de uma zona.

Para detalhar ações e procedimentos específicos em cada APM poderão ser criados grupos de apoio à sua gestão definidos pelo IF, compostos por representantes de instituições públicas ou privadas, interessadas e diretamente envolvidas com problemas ou programas de manejo naqueles locais. As diretrizes para as atividades a serem desenvolvidas encontram-se descritas nas propostas dos respectivos programas de manejo. As APM's são:

Tabela 105. Áreas Prioritárias de Manejo

Área Prioritária de Manejo	Núcleo	Município
Área 1 Ocupação Adensada 1	▪ Núcleo Pedro de Toledo	▪ Pedro de Toledo ▪ Peruibe
Área 2 Circuito dos Campos Nebulares	▪ Núcleo Curucutu	▪ São Paulo
Área 3 Circuito Caminhos do Mar	▪ Núcleo Itutinga-Pilões	▪ São Bernardo do Campo ▪ Cubatão
Área 4 Circuito Paranapiacaba/Vale do Quilombo	▪ Núcleo Itutinga-Pilões	▪ Santo André ▪ Cubatão
Área 5 Circuito Itapanhaú	▪ Núcleo Itutinga-Pilões	▪ Bertioga
Área 6 Ecovias e Bairros Cota	▪ Núcleo Itutinga-Pilões	▪ Cubatão ▪ São Vicente
Área 7 Região de Boracéia e Costa dos Alcatrazes	▪ Núcleo Itutinga-Pilões ▪ Núcleo São Sebastião	▪ Bertioga ▪ Salesópolis ▪ São Sebastião
Área 8 Sistema Viário Intermediária / Limeira	▪ Núcleo Caraguatatuba ▪ Núcleo São Sebastião	▪ Caraguatatuba ▪ São Sebastião
Área 9 Ocupação Rural Adensada 2	▪ Núcleo Cunha ▪ Núcleo Santa Virgínia	▪ Natividade da Serra ▪ São Luiz do Paraitinga ▪ Cunha
Área 10 Zona Histórico-Cultural	▪ Núcleo Picinguaba	▪ Ubatuba
Área 11 Microbacia do Rio Grande	▪ Núcleo Picinguaba	▪ Ubatuba

6.2 Ações Propostas para as Áreas Prioritárias de Manejo

6.2.1 Área 1: Ocupação Rural Adensada em Pedro de Toledo e Peruíbe

6.2.1.1 Descrição

Esta área é administrada pelo Núcleo Pedro de Toledo e está localizada nos Bairros de Ribeirão Grande, Piririca, Bom Jardim e outros.

6.2.1.2 Objetivos e Ações Prioritárias

O principal objetivo é a regularização fundiária, pois as áreas devolutas ocupadas devem ser desocupadas por meio de reassentamento ou indenização de benfeitorias. Esta é uma das áreas com maior ocupação rural adensada em todo o PESH, conforme já descrito no capítulo sobre avaliação da socioeconomia e dos vetores de pressão. Ali foram registradas mais de 600 edificações por fotointerpretação em imagens de 2001. Estes bairros estão incluídos na Zona de Ocupação Temporária, que deve ser implantada enquanto não ocorre a regularização.

6.2.2 Área 2: Circuito dos Campos Nebulares

6.2.2.1 Descrição

Esta área está localizada no município de São Paulo e inclui a sede do Núcleo Curucutu, onde estão em fase de conclusão obras para estruturar a proteção, administração e o uso público.

6.2.2.2 Objetivos e Ações Prioritárias

- Estruturação de equipe e funcionamento geral deste núcleo, que se encontra praticamente fechado ao uso público, apesar do grande interesse e de um vasto circuito de trilhas nos arredores e de travessia para Itanhaém;
- Erradicação da mancha de pinus plantado ao redor da sede, com alto poder de dispersão pelos campos nebulares, que constituem ecossistema único em todo o Parque.

-
- 6.2.3 Área 3: Circuito Caminhos do Mar**
Área 4: Circuito Paranapiacaba / Vale do Quilombo
Área 5: Circuito Vila Itatinga / Parque da Neblinas / Itapanhaú

6.2.3.1 Descrição

Estas APM's encontram-se sob administração do Núcleo Itatinga-Pilões. Estas áreas, principalmente a 3 e a 4, encontram-se sob forte pressão de uso público, tanto pela proximidade com os municípios da Grande São Paulo, especialmente o chamado ABCD¹, como pela existência das represas Billings e Rio das Pedras, da paisagem excepcional na descida da serra, na visitação dos monumentos históricos representados pelo Caminho do Mar, a Calçada do Lorena e a Vila de Paranapiacaba. Existem inúmeras trilhas nesta região, e a pressão de uso não ocorre apenas por turistas em busca de caminhadas, mas também por motoristas de carros *off road*, motoqueiros, pescadores e os mais diversos grupos interessados em relaxar das tensões da região metropolitana.

Em São Bernardo do Campo, junto à Rodovia Anchieta, existe uma base do Instituto Florestal que atualmente abriga residências funcionais.

Já no circuito Parque das Neblinas / Vila Itatinga / Itapanhaú, o maior atrativo é composto pelas trilhas ao longo dos rios Itapanhaú e Itatinga, ambas de travessia da serra desde o planalto até a planície de Bertioga. O Parque das Neblinas, iniciativa da ONG Ecofuturo, tem seu Centro de Visitantes adjacente ao PESM, às margens do rio Itatinga. A trilha do mesmo nome termina na vila histórica de Itatinga, onde ainda funciona a usina hidrelétrica que abastece as docas de Santos, do início do século passado e acesso exclusivo por via férrea. A trilha do Itapanhaú tem seu início na própria rodovia Mogi/Bertioga, conta com cachoeira exuberante e encontra no final uma antiga casa de pedra, a poucos quilômetros da cidade de Bertioga.

Estes circuitos já vêm sendo operados atualmente, e o Caminho do Mar é gerido pela EMAE - Empresa Metropolitana de Energia. Existem vários operadores e grupos de monitores ou guias interessados, bem como as respectivas prefeituras municipais.

6.2.3.2 Objetivos e Ações Prioritárias

- Definir procedimentos para viabilizar a implementação, monitoramento e controle do uso público, integrando os vários atrativos em circuitos, em parceria com Instituto Biológico (Reserva Biológica de Paranapiacaba), associações de monitores, EMAE, CODESP, IF, ECOVIAS, Petrobrás, Instituto Ecofuturo, prefeitura de Bertioga, de Santo André, de São Bernardo do Campo e Cubatão.

¹ Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano do Sul e Diadema.

Ações específicas na Área de Rio das Pedras / São Bernardo do Campo / Caminho do Mar:

- Indicação dos parceiros para cada modalidade ou espaços destinados ao uso público;
- Indicação para Câmara de Compensação como área prioritária para regularização fundiária;
- Caminhos do Mar Pólo Ecoturístico – compreende os monumentos históricos ao longo do Caminho do Mar e Calçada do Lorena, Circuito das Águas;
- As trilhas do Perequê, Torres, Caminho do Padre José, Travessia, entre outras ali situadas deverão ser estudadas para proposta de gestão compartilhada ou terceirizada.
- Infra-estrutura necessária:
 - Portaria de cobrança e controle no limite km 37 SP 148 Rodovia Caminho do Mar;
 - No demolido bar do Ramon fica a recepção para escolha e encaminhamento do roteiro a ser feito – trilhas e monitores;
 - No atual estacionamento, implementar uma base para esportes de aventura, que poderá ser incluído no Pólo Caminhos do Mar;
 - A casa atual de visitas deverá ser centro de visitantes com exposição, entre outras, sobre o PESM como um todo, contando com auditório e demais facilidades para o visitante.

Ações específicas para a Base São Bernardo do Campo:

- É necessária a implantação de:
 - Base de visitantes;
 - Pelo menos uma trilha;
 - Área de acampamento para grupos de escolas públicas e particulares usando estrutura administrativa de banheiros e cozinha/refeições para viabilizar atividades de estudos e brincadeiras;
 - Pequeno viveiro experimental com programa de jovens da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde.

6.2.4 Área 6: Circuito ECOVIAS e Bairros Cota

6.2.4.1 Descrição

Esta área concentra as maiores pressões antrópicas do PESM pois abrange algumas das principais rodovias do estado, os “Bairros Cota” e “Água Fria” com cerca de 4 mil habitantes em áreas de invasão de terras de domínio público, junto à Via Anchieta e à estrada de acesso à sede do Núcleo Itutinga-Pilões. A situação de tensão social é grande, as invasões continuam, os funcionários são ameaçados de morte e guaritas já

foram destruídas. O IF não tem condições de resolver o problema sem uma ação de governo, integrando várias instituições, como já indicado no Capítulo de Avaliação da Socioeconomia e dos Vetores de Pressão.

6.2.4.2 Objetivos e Ações Prioritárias

- Controlar acessos das vias de serviço, controlar pressões de invasão, promover reintegração de posse e reassentamento dos Bairros Cota e Água Fria. Realizar estudos para desafetação da área ocupada pela refinaria Presidente Bernardes, Vila Light e de outras áreas consideradas de recuperação irreversível.

6.2.5 Área 7: Região de Boracéia e Costa dos Alcatrazes

6.2.5.1 Descrição

Esta área estratégica está sob administração dos Núcleos Itutinga-Pilões e São Sebastião e localiza-se nos municípios de Bertoga, Salesópolis e São Sebastião. A região litorânea vem sendo ocupada pelo turismo de segunda residência da classe média alta da região metropolitana de São Paulo, contando com ampla rede hoteleira e variadas opções de lazer, entretenimento, esportes náuticos, gastronomia etc. A existência de várias trilhas bastante procuradas, algumas iniciativas de turismo sustentável, a aldeia Guarani do Ribeirão Silveira e uma demanda crescente para o uso público da floresta, suas trilhas e cachoeiras.

Na região de Salesópolis, a SABESP mantém sólida estrutura de proteção, captação e tratamento de recursos hídricos do Sistema Rio Claro, que abrange uma área com mais de 10 mil hectares de florestas, a represa do Ribeirão do Campo e a Estação Biológica da Boracéia (USP). As prefeituras da região demandam a abertura da área para o uso público. Por outro lado a pressão de ocupação urbana desordenada das encostas é muito grande, e ações com o segmento organizado da sociedade local são fundamentais para a obtenção de aliados na proteção do PESH.

6.2.5.2 Objetivos e Ações Prioritárias

- Implantação da Base Rio Claro do PESH em parceria com a SABESP;
- Estruturação da sede do Núcleo São Sebastião no Morro do Caetano;
- Integração de ações de ecoturismo e educação ambiental no PESH em parceria entre IF, SABESP, rede hoteleira, operadores, monitores e prefeituras, ONG's e Associações de Moradores, com ações voltadas para um mercado já existente e motivado para novas alternativas de lazer, ainda bastante concentrado nas praias e esporte náuticos.

6.2.6 Área 8: Sistema Viário Intermediária / Limeira

6.2.6.1 Descrição

Esta APM é administrada pelos Núcleos Caraguatatuba e São Sebastião e localiza-se nestes municípios. Compõe-se de estradas com cerca de 50 km de extensão no interior do Parque, como já foi descrito no capítulo sobre socioeconomia e vetores de pressão, vêm sendo um dos piores vetores de pressão no setor norte do PESM. O potencial para sua proteção em parceria com a Petrobrás e para a implantação de uma nova base para o uso público é enorme.

6.2.6.2 Objetivos e Ações Prioritárias

Controle permanente dos acessos e das pressões de caça e extração de palmito, implantação de uma base de controle, uso público e pesquisa junto ao Rio Pardo, estruturação do uso público nestas estradas e respectivas trilhas em parceria com Petrobrás e prefeituras municipais.

6.2.7 Área 9: Ocupação Rural Adensada em Natividade da Serra, São Luiz do Paraitinga e Cunha

6.2.7.1 Descrição

Esta região caracteriza-se pela ocupação rural voltada para a agropecuária, em processo paulatino de transformação em sítios de lazer de moradores de São Paulo e cidades do Vale do Paraíba. A ocupação é antiga e os conflitos com o IF muito desgastantes pela não existência, até a elaboração deste Plano de Manejo, de diretrizes claras para o relacionamento entre ocupantes e o IF enquanto não ocorre a regularização fundiária.

6.2.7.2 Objetivos e Ações Prioritárias

Reativação dos Conselhos Consultivos, regularização fundiária, inclusão de áreas de domínio público nos limites do PESM, implementação da Zona de Ocupação Temporária nos bairros de Guaricanga, Vargem Grande, Briets, Palmital, Sertão do Puruba, Fruta Branca, entre outros localizados no interior do PESM.

6.2.8 Área 10: Zona Histórico-Cultural em Ubatuba

6.2.8.1 Descrição

A Zona Histórico-Cultural Antropológica, que só existe nesta região, abrange os bairros de Cambury, vila de Picinguaba, Sertão da Fazenda e Ubatumirim. São localidades onde residem famílias caiçaras e/ou quilombolas há várias gerações, conforme descrito no capítulo sobre avaliação da socioeconomia e vetores de pressão. Apesar da forte pressão turístico imobiliária para aquisição destas áreas por veranistas ou empreendedores, existe forte interesse destas comunidades em

desenvolver atividades sustentáveis ligadas a agrofloresta, ao palmito e plantas ornamentais, bem como continuar com a agricultura de subsistência, com o artesanato e com a operação do turismo em bases mais sustentáveis. Cada uma destas comunidades tem suas particularidades: a Vila de Picinguaba já se constitui em um espaço urbano consolidado, apesar de inúmeros problemas decorrentes do seu desenvolvimento desordenado, com excessivo parcelamento e grande parte das áreas nas mãos de veranistas, artistas ou comerciantes de fora. Ubatumirim é uma comunidade essencialmente rural, com tradição na produção de banana e mandioca. O Sertão da Fazenda, onde fica a Casa de Farinha do Núcleo Picinguaba, é ocupado por pequenos agricultores cujos descendentes já buscam maior integração com o mercado de trabalho voltado para os serviços e o turismo.

No Cambury, em parte abrangido também pelo Parque Nacional da Serra da Bocaina, reconhecido em parte como território Quilombola, ocupado por pescadores e agricultores em situação semelhante ao Sertão da Fazenda, a comunidade um pouco mais organizada, e com maior contato com veranistas, que freqüentam e também ocupam posses na região, surgiu o embrião da própria Zona Histórico-Cultural Antropológica. O processo de elaboração do Plano de Uso Tradicional do Cambury, foi desenvolvido por uma Câmara Técnica instituída no âmbito do Conselho Consultivo do Núcleo Picinguaba, com a participação do IF, das Associações de Moradores do bairro, do Ministério Público Estadual e Federal, ITESP – Fundação Instituto de Terras do Estado de São Paulo, PGE, Prefeitura Municipal e ONG's locais. As propostas contidas neste Plano, que inclui o microzoneamento da área, foram fundamentais para amadurecer a idéia, no âmbito do Instituto Florestal, de estabelecer os parâmetros para melhorar a convivência entre moradores tradicionais, que ali já viviam quando o Parque foi criado, e o Instituto Florestal. Após inúmeras reuniões, discussões, conflitos e até confrontos entre as partes interessadas, em dezembro de 2005 foi finalmente concluído o processo de elaboração do Plano de Uso Tradicional, com algumas atualizações e com a assinatura do IBAMA e dos representantes da comunidade dos moradores, completando a lista de todas as instituições envolvidas. Este Plano de Uso Tradicional, que também foi elaborado para o Sertão da Fazenda, está descrito no Capítulo Zoneamento, e regulamenta a Zona Histórico-Cultural Antropológica.

6.2.8.2 Objetivos e Ações Prioritárias

- Elaborar microzoneamento do bairro de Ubatumirim, planejar e implementar o ordenamento do turismo e das trilhas, o uso sustentável da floresta integrados à capacitação da comunidade, elaboração de projetos de pesquisa, recuperação ambiental, saneamento, educação ambiental e melhoria das culturas tradicionais de banana, mandioca e outros produtos agrícolas.
- Realizar estudos para proposição de alteração da categoria destes bairros para outras de desenvolvimento sustentável.

6.2.9 Área 11: Microbacia do Rio Grande

6.2.9.1 Descrição

A microbacia do Rio Grande, que abastece a cidade de Ubatuba, vem sendo há muitos anos ocupada por migrantes de baixa renda, no interior do PESH, com características de zona rural em processo de adensamento. Uma série de ações integradas para a proteção da área já vem obtendo resultados satisfatórios porém o acompanhamento e conclusão de cerca de 50 ações cíveis públicas em curso, bem como sua regularização fundiária, reassentamento de parte dos ocupantes e recuperação ambiental é urgente para estancar o processo de degradação do chamado “Pé da Serra”.